

Coluna do Castello

ECONOMIA DO BRASIL À espera da bênção do FMI

ACIMA de tudo, a questão externa é o que está claramente sinalizado na raiz do pacote econômico confeccionado pelo governo, avalizado pelo PMDB e desembrulhado tão logo os dois conferiram a extraordinária vitória eleitoral que colheram há uma semana. Ela passa pela renegociação da dívida de modo a diminuir a transferência de capital líquido para o exterior e alcançar a atração de novos recursos lá fora a serem aplicados na expansão e na modernização do setor produtivo nacional e em programas que aliviem nossos cruéis índices de miséria.

O ritmo enlouquecido do crescimento da economia, que o governo estimulou e que agora, ele próprio, decidiu cortar pela metade, ameaçava bater no fundo do tacho das reservas cambiais e quebrar, simplesmente, o país. O convite ao consumo, que em entrevista à revista *Veja* o presidente José Sarney garantiu que não seria retirado, esteve perto de esgotar a capacidade de produção de alguns setores industriais e atingiu a balança comercial desequilibrando-a por completo. O risco da insolvência começou a ficar cada vez mais claro a partir de agosto.

De pouco ou de quase nada adiantou o pacote que no final de julho garfou um pedaço da renda da classe média com a criação dos compulsórios sobre o preço dos automóveis, álcool, gasolina e viagens de turismo ao exterior. Em resposta ao pacote, o consumo recrudesceu. O governo, pelo menos, recolheu algum dinheiro a pretexto de financiar um ambicioso e costurado às pressas plano de metas mas que tem servido para tapar buracos em suas contas. Os números de outubro do saldo da balança comercial obrigaram o governo a encarar uma realidade que só ele evitava fazê-lo.

O superávit de outubro foi o mais baixo desde a posse do presidente Sarney. Os 210 milhões de dólares obtidos no cotejo entre importações e exportações significou uma queda de mais de 42% se comparado com o superávit de outubro do ano passado. O Brasil lucrou muito menos que o serviço mensal da dívida externa que o leva a irrigar o bolso dos credores, regularmente, com algo em torno de 700 milhões de dólares. A diferença entre o que se apurou em outubro e o que se remeteu para assegurar-se o direito de continuar devendo 104 bilhões de dólares foi sacada das reservas cambiais do país.

Emagrecidas mês a mês, elas atingiram, segundo o ministro Dilson Funaro, o dramático piso dos 5 bilhões de dólares. A luz vermelha acendeu em todos os gabinetes importantes da República e o governo, afinal, colidiu de frente com o país real que ele mesmo substituiria, em fevereiro passado, pelo país do cruzado. Diga-se, a propósito disso, que Sarney é um presidente da República que só gosta de receber boas notícias, desprezando as más até o momento em que elas representem um perigo concreto de desestabilização do seu governo.

O país encantado de um povo feliz e de um presidente acariciado com inimagináveis índices de popularidade encontrou no messiânico ministro da Fazenda o seu mais célebre e imaginoso autor. O preço do sonho espichado até que as urnas de novembro fossem violadas será pago a partir de agora pelos desencantados fiscais de Sarney — e é falso pensar que a conta só pesará no orçamento da classe média. A nova mudança no índice que calcula a inflação pode servir para continuar alimentando a ilusão de uma taxa próxima do zero e evitar o disparo do gatilho salarial, mas não impedirá que a inflação real viceje e até floresça.

De resto, o monitoramento explícito que o FMI desejava exercer sobre as contas do Brasil e que o governo altivamente descartou poderá resultar em um monitoramento implícito quando o ministro Funaro bater à porta dos credores para renegociar a dívida. A seu modo, recusando-se a escolher o áspero e penoso caminho da recessão econômica, o governo adotou ingredientes da receita aconselhada pelo FMI — bateu forte na taxa de inflação, podou salários depois de tê-los engordado em fevereiro e providenciou a redução do déficit público. Uma modesta redução.

Estão sendo mais ou menos cumpridas as condições estabelecidas pelo Fundo para que ele se disponha a abençoar os entendimentos entre o Brasil e seus credores. Que em abril passado poderiam ter-se dado de maneira mais vantajosa para nós. Ali, as reservas cambiais oscilavam na marca dos 9 bilhões de dólares contra 5 ou um pouco menos hoje, e o governo comemorava um excepcional nível de aprovação interna que deve cair daqui por diante. A retórica do nacionalismo exacerbado e o estado de graça que empolgou a alma do governo deixaram passar a oportunidade.